

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coeteno Álvares, 55, tel.: 656-2122 (PABX).



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

No caos; à espera da Criação.

Nesta segunda-feira, 14 de março de 1988, inicia-se uma semana que poderá ser decisiva para os destinos do Brasil. A Assembléia Nacional Constituinte — que até aqui vem elaborando um projeto de Constituição que, como diz o jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, "consagra a permanência do Estado onipresente, visto como solução para todos os problemas", um projeto que "mais do que paternalista é um projeto de Constituição fascista", e que, com a nova CLT nela introduzida, pródiga em benefícios ao trabalhador, abalará ainda mais a já periclitante economia nacional e consumará a falência financeira do próprio Estado que pretende fortalecer — decidirá sob que forma de governo e dentro de que prazo o País enfrentará a tarefa sobre-humana da reconstrução econômica e financeira, uma vez encerrado o devastador período de transição.

Amanhã o governo Sarney — e do PMDB do dr. Ulysses — completa três anos de vida. E, se fosse esse o seu último dia de vida, a herança que deixaria para o seu sucessor, presidencialista ou parlamentarista, seria catastrófica.

Despencando aos trambolhões pelo plano inclinado da inflação galopante e da recessão made in PMDB, sem FMI, que, enquanto não forem dominadas, impedirão que a Nação encontre a serenidade necessária para escapar ao processo de esquizofrenia social que elas geram e que vai tomando conta de tudo, transformando cada ato administrativo, cada ato político, cada reivindicação, cada crítica, cada declaração, cada manifestação pública, enfim, venha de onde vier, em mais um tijolo para a nossa Torre de Babel, o Brasil vai-se aproximando rapidamente de um defecho que terá de ser doloroso, seja qual for a decisão da Constituinte. A impressão que se tem neste terceiro aniversário da Nova República, é a de que ultrapassamos o ponto mais alto da "montanha russa" meticulosamente montada por políticos inteiramente dominados pelo vício da gula, cujos efeitos são multiplicados por sua profunda indigência cultural e por uma espantosa incapacidade técnica: iniciamos o vertiginoso mergulho final que não se sabe ainda onde vai dar, embora se suspeite...

O foco desse processo desagregador está claramente localizado no Estado, que, vítima de incurável elefantose, entra, agora, em franco processo de dissolução. O lampejo de esperança proporcionado pelo episódio da demissão de um presidente do Banco do Brasil que surgiu como o paradigma das tendências "rebeldes" que se vêm manifestando dentro do setor estatal, se apaga com o defecho do caso, que caracteriza mais uma capripulação de um governo absolutamente incapaz de controlar a sua própria "tropa". A decisão de pagar aos funcionários do Banco do Brasil os 15% de abono salarial concedidos aos funcionários do Banco Central depois que o Tribunal Superior do Trabalho passou a sentença mandando equiparar os salários dos funcionários dos dois bancos — o motivo da demissão de Calazans — reinicia a corrida sem chegada na qual os funcionários desses dois bancos, liderados por seus chefes, implodiram as políticas antiinflacionárias de dois ministros da Fazenda. Agora, os funcionários do Banco Central já reivindicam mais e, se obtiverem, virão atrás os do Banco do Brasil exigindo nova "equiparação".

Enquanto isso, os funcionários da Companhia Vale do Rio Doce, outro dos Estados dentro do Estado brasileiro, já se mobilizam, com o apoio de 17 sindicatos, para exigirem 214% de aumento de salários e repudiar os 11,01% estipulados para eles pelo Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise). Ao mesmo tempo, realiza-se, em Brasília, uma "reunião nacional de empregados de estatais", com representantes de todas elas, "para discutir a proposta de uma campanha salarial unificada e a participação nos protestos que serão organizados em todo o País" contra os esforços — já tão tardios — do governo para conter este foco explosivo de pressão sobre o déficit público. Em entrevista publicada ontem, no Estado de S. Paulo, o ministro Mafson da Nóbrega fala a linguagem do bom senso, respondendo aos que alegam que pretende tratar de forma diferente os assalariados das estatais e os do setor privado: "Eles já são tratados de forma diferente, hoje. Se você olhar o comportamento dos salários nas empresas estatais, em 87, eles tiveram um aumento real de 22%, enquanto a indústria paulista (os trabalhadores da indústria privada) teve seus salários estagnados. O que se constata, hoje, é que a empresa estatal tem o maior salário, os melhores benefícios e a maior estabilidade". E, mais adiante: "O aumento de salário delas vai para as tarifas, inevitavelmente, ou para o déficit público". Ou seja, sai, de qualquer forma, do bolso dos contribuintes e alimenta a inflação. Mas os funcionários das estatais, reunidos em Brasília, já responderam: Nós temos a força e podemos parar o Brasil. A guerra está declarada, portanto, e é absolutamente verdadeiro que eles têm a força.

A situação no setor da administração direta é pior. Neste, o resultado de três anos de governo do PMDB foi um aumento real de 70% na folha de pagamento do funcionalismo federal. Hoje, com o reajuste da URP, isso significa que dentro de mais dois ou três meses a folha de pagamento será igual a 108% da receita líquida. Em praticamente todos os Estados da Federação, como mostra reportagem publicada pelo mesmo Estado de S. Paulo de ontem, há já muito tempo que as folhas de pagamento consomem muito mais do que as receitas estaduais (ICM). O que significa um ônus a mais para a União.

Como resultado dessa situação dramática, no Estado mais rico da Federação — São Paulo — as greves de funcionários públicos já constituem a normalidade, sendo exceção o trabalho nos hospitais, nas escolas e repartições públicas em geral. E, com a exceção da Bahia, nenhum Estado está pagando a URP.

Mas voltamos às estatais. Ali não é só a "tropa" que se rebelou. Nos quadros intermediários ou mesmo superiores de "comando" a rebeldia já é aberta há muito tempo. Entre as estatais, ninguém paga ninguém. As que cobram dos consumidores de seus serviços e produtos o adicional para o Fundo Nacional de Desenvolvimento, como a Eletrobrás e a Petrobrás, por exemplo, não recolhem o que cobram aos cofres da União, e as dívidas se contam pelos bilhões de cruzados e, até, de dólares.

No setor da energia elétrica as companhias estaduais que compram serviços ou produtos das estatais federais também não pagam, e tudo estoura no Tesouro Nacional que em seguida, "socializa" o prejuízo com emissões de moedas e inflação. Não é preciso dizer que as estatais, federais ou estaduais, também não pagam aos seus fornecedores ou prestadores de serviços privados. Somente para empresas privadas de construções, o governo federal deve C\$ 25 bilhões, enquanto os estaduais devem mais de 50 bilhões.

O Inamps não paga os hospitais particulares. As verbas para a saúde, hoje distribuídas pelas secretarias de Estado, desaparecem misteriosamente. O presidente do Inamps é demitido, mas, mesmo demitido, faz, à revelia do governo, a distribuição "política" das verbas da saúde pública, enquanto o ministro ao qual todo o setor está ligado, notório "inimigo" do presidente, cujas políticas vem sabotando há anos (aqui a rebeldia nas esferas superiores do "comando" continua incólume, aferrado ao cargo, apenas por que o seu ministério — responsável, ele sozinho, por 10% do déficit total da União — controla o maior volume de verbas entre todos os outros e é considerado a maior "alavanca eleitoral" deste governo, coisa que interessa mais ao seu partido (o PMDB) do que manter a coerência de seu alegado "compromisso" com o presidente ou a simples composição perante a opinião pública.

Há mais a espintais, como a Caralba Metals, que detém o monopólio de matérias-primas (no caso o cobre) e que se recusa a aceitar o aumento para seu produto autorizado pelo próprio governo por julgá-lo irrisório, passando a cobrar ágio das empresas privadas que usam cobre em seus produtos, sem, obviamente, que ninguém no governo invoque contra ela a lei delegada nº 4. Um quadro, enfim, de absoluto realismo.

Enquanto isso, a corrupção explode exuberantemente, com governadores estaduais fazendo e desfazendo, publicamente, acordos com a máfia do jogo do bicho, que também controla o tráfico de drogas, seja para "fazer caixa" para "obras assistenciais", seja (explicitamente) para fazer uma "caixinha pessoal" para eleições futuras; com escândalos de todos os tipos, atingindo desde ministros de Estado até reles funcionários, pipocando diariamente nas páginas dos jornais e tão invariavelmente impunes que ninguém mais se interessa por eles. E entre avanços e recuos de todos os que estão com os rabos presos, alguns nomes de bois acabam sendo ventilados...

Não é preciso recordar que toda esta balbúrdia só se torna possível porque temos um governo acéfalo (a de negação, de inexistência; céfalo de cabeça), isto é, um governo onde não há um presidente ou em que o presidente que há era melhor que não houvesse. Na falta dessa cabeça, desponta em rápida evolução a "cabeça regra três" de sempre, de dentro dos quartéis. Primeiro foi o general Leônidas posando de jurista para dar pareceres sobre a constitucionalidade de um mandato de seis anos para o presidente que não há; depois foi o brigadeiro Camarinha se arvorando em economista para dar pareceres sobre qual a política econômica que o governo deve fazer. Agora o quadro se completa com os militares ocupando o espaço deixado vazio e dizendo a toda a Nação o que eles querem ou não querem que ela faça. Como se o fato, em si, não fosse agourento suficientemente, piora-o muito a circunstância de que a manifestação só serviu para comprovar que também os militares não estão infensos ao processo de esquizofrenia que atinge a todos os demais. Achar que ainda é insuficiente tudo que já devemos à ausência de uma cabeça no supremo posto de comando da Nação e que devemos mantê-lo vago — ou seja, ocupado pela figura decorativa do sr. José Sarney por pelo menos mais dois anos!

Como se pode ver por este sucinto resumo, o quadro é de caos bíblico: aquele que precedeu a Criação.

A consequência inescapável é que o País real vaga no éter, preparando a explosão que dá origem às novas estrelas. A massa dos trabalhadores encolhe-se, atemorizada e incrédula — os do setor privado, é claro, os do setor público já estão nas ruas —, mas não se deve esperar que não expluda antes de se deixar massacrar. E os índices que medem a proximidade desta explosão despencam vertiginosamente. O IBGE registra a maior queda, desde a recessão de 1983, no índice de produção industrial (8,8% em janeiro deste ano em relação ao mesmo mês do ano passado), e revela que este índice vem caindo ininterruptamente desde abril de 1987, o momento em que acabou o último gás da explosão artificial do consumo propiciada pelo engodo do Plano Cruzado que se revelou como tal (um engodo) aos menos atentos, cinco meses antes, em novembro de 86, exatamente no momento em que o PMDB segurou firmemente entre suas garras a presa que pretendia capturar naquela armadilha: os milhões de eleitores brasileiros traídos. A partir de abril de 87, confirma o IBGE, a queda que vem aumentando de velocidade mês a mês, já acumulou 10,8 pontos percentuais — em janeiro atingimos, pela primeira vez, o primeiro índice negativo: 0,8% — e nada indica que ela vá parar de se acelerar. O IBGE salienta que "não há nenhum sinal de retomada dos investimentos". (E ainda não começamos a conversar com o FMI...) O economista Edmar Bacha, um dos poucos brasileiros que parece escapar da esquizofrenia geral, calcula que este ano o PIB deverá ter um crescimento negativo de 1,5% (o que num país em que milhões de novas bocas para alimentar surgem todo ano, e milhões de empregos novos têm de ser criados por ano, é um número mais que assustador) e a inflação, mantida a média mensal de 16,9%, que consideramos excessivamente otimista será, no ano, de 550%.

Esse o quadro, sem qualquer exagero, sem qualquer pessimismo mórbido e injustificado, no dia em que começa, na Constituinte, a discussão sobre o sistema de governo sob o qual o País procurará revertê-lo e sobre o prazo durante o qual o País ainda terá de assistir, impotente, ao seu ulterior agravamento (do quadro).

Num país acéfalo, onde todas as lideranças — políticas, militares, civis, empresariais e sindicais — falharam estrondosamente, e onde a vertigem da inflação e da recessão — que agora é anunciada pelo próprio ministro da Fazenda — impede qualquer raciocínio coerente e esmaga qualquer esperança de que consigamos fôlego para escapar ao processo de esquizofrenia social que toma conta de tudo (é impossível pensar no meio de um incêndio), que há para esperar?

Que leva as lideranças militares a esperar que o governo Sarney-PMDB, que conduziu durante três anos — meticulosamente — o País para a situação explosiva que descrevemos acima, possa fazer alguma coisa para revertê-la em dois anos que pretendem que ele tenha de sobreviver? Discutir, neste momento de esquizofrenia social, sob que sistema de governo o Brasil deverá viver daqui para diante nos parece no mínimo um absurdo, sem entrar no mérito do presidencialismo ou do parlamentarismo. Seja qual for a decisão da Constituinte, ela não será fruto de convicções profundas, por sua vez fruto de profundos estudos e prolongadas meditações. Será, fatalmente, como demonstra a azáfama negociatória em que estão mergulhados os próceres do maior partido do Ocidente desde sábado, em Brasília, o produto de barganhas do mais baixo nível entre carreiristas políticos que decidirão exclusivamente em função do que lhes parecer melhor para o futuro de suas carreiras.

Mas sobre a conveniência, sobre, melhor dizendo, a urgência urgentíssima de se encurtar o mais possível o prazo durante o qual o País ainda permanecerá na desesperança, no desalento e na letargia, que dúvida pode ainda pairar?

Nós, como sabem nossos leitores, temos plena confiança na competência, na coragem e, até, na eficiência da nova equipe econômica do governo. O que não podemos ter é esperança de que o ministro Mafson da Nóbrega consiga superar os obstáculos que está encontrando dentro do próprio ministério de que faz parte e dentro da Constituinte, que já coloca na futura Constituição as garantias de anulação de todos os progressos que eles possam obter nesta fase.

Com mais dois anos sob o governo que aí está tudo o que poderemos esperar é que a inflação acabe derrotada por seu próprio paroxismo: a hiperinflação que, só ela, curará a esquizofrenia social e criará as condições para o indispensável pacto social.

O outro caminho, no entanto, com todos os riscos que contém, é incomparavelmente mais racional: o da eleição, neste ano ainda, para presidente e, também, principalmente se for aprovado o parlamentarismo, para todos os cargos eletivos sem exceções.

Não temos dúvidas de que o sofrimento por que vem passando o povo brasileiro contribuirá para reduzir ao mínimo as probabilidades de o eleitorado errar na identificação do candidato que poderá retirar o País do caos a que os políticos o conduziram.